

a partir de 15 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

**Despacho (extracto) n.º 10 842/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Abril de 2006 do reitor da Universidade do Minho:

José Silva Faria — autorizada a denúncia do contrato de trabalho a termo como guarda-nocturno da Universidade do Minho com efeitos a partir de 30 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Reitoria

**Aviso n.º 5872/2006 (2.ª série).** — Em conformidade com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, do estatuto orgânico do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 30 de Agosto de 2005, a seguir se publicam os membros que integram o conselho geral que alude o citado preceito estatutário:

- Prof. Doutor Leopoldo José Martinho Guimarães, reitor que preside.
- Prof. Doutor António Augusto Vasconcelos Xavier, vice-presidente e decano do corpo de docentes e investigadores.
- Prof. Doutor Peter Frank Lindley, director do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof. Doutor Cláudio Manuel Simões Loureiro Nunes Soares, subdirector.
- Prof. Doutor Miguel Nuno Sepúlveda de Gouveia, subdirector.
- Prof. Doutor Fernando José Pires Santana, director da FCT.
- Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, director da FCM.
- Prof. Doutor Jorge Manuel Torgal Dias Garcia, director do IHMT.
- Prof. Doutor Nuno Manuel C. Ferreira Guimarães, representante da Universidade de Lisboa.
- Prof. Doutor Júlio Maggioly Novais, representante da Universidade Técnica de Lisboa.
- Prof. Doutor João Sentieiro, representante da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
- Dr. Isaltino Morais, presidente da Câmara Municipal de Oeiras.
- Prof. Doutor António Coutinho, representante da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Prof. Doutor Manuel Carrondo, representante do IBET.
- Prof. Doutor Manuel Luís Magalhães Nunes da Ponte, anterior director do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.

2 de Maio de 2006. — O Reitor, *Leopoldo Guimarães*.

**Aviso n.º 5873/2006 (2.ª série).** — Em conformidade com o disposto no artigo 6.º, n.ºs 8 e 9, do estatuto orgânico do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 30 de Agosto de 2005, a seguir se publicam os membros que integram a comissão consultiva a que alude o citado preceito estatutário:

- Prof. Doutor Leopoldo José Martinho Guimarães, reitor que preside.
- Prof. Doutor António Augusto Vasconcelos Xavier, vice-presidente do conselho geral.
- Prof. Doutor Peter Frank Lindley, director do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof.ª Doutora Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo, do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof. Doutor Cândido Pinto Ricardo, do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof. Doutor Luís Paulo da Silva Nieto Marques Rebelo, do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof. Doutor Adriano José Alves de Oliveira Henriques, do Instituto de Tecnologia Química e Biológica.
- Prof. Doutor Miguel A. de la Rosa, da Universidad de Sevilla.
- Prof. Doutor Robert R. Crichton, da Université Catholique de Louvain.
- Prof. Doutor António Coutinho, do Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Dr. Manuel Gonçalves, da Glaxo Smith Kline.

3 de Maio de 2006. — O Reitor, *Leopoldo Guimarães*.

## Escola Nacional de Saúde Pública

**Aviso n.º 5874/2006 (2.ª série).** — *Concurso interno geral de acesso à categoria de assistente principal.* — 1 — Por despacho do presidente do conselho directivo desta Escola de 26 de Abril de 2006, proferido por delegação de competências, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de uma vaga na categoria de assistente administrativo principal, da carreira administrativa, constante do quadro de pessoal não docente da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 591/98, de 24 de Agosto, com a Declaração de Rectificação n.º 16-F/98, de 30 de Setembro.

2 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais previstas no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, sendo o prazo de validade de seis meses contado da data da publicação da lista de classificação final.

4 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria de Lurdes Serras Pedro Cascalheira Vasco, secretária.

Vogais efectivos:

Maria Zita do Carmo Monteiro da Fonte Lopes, chefe de secção.

Marieta da Conceição Pereira Dâmaso, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria Alice Dias Azevedo, técnica profissional especialista principal.

Ana Maria Henriques Cardoso Costa Reis, técnica profissional especialista principal.

5 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

6 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, será utilizada como método de selecção a avaliação curricular, complementada com entrevista.

6.1 — Na avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências das funções, os seguintes factores:

- a) Habilitação académica de base, na qual se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) Formação profissional, na qual se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- c) Experiência profissional, na qual se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, designadamente apoio administrativo nas áreas de alunos e docentes, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

6.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

7 — Os critérios de apreciação e de ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da primeira acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão ao concurso e respectiva documentação deverá ser dirigido ao director da Escola Nacional de Saúde Pública, Avenida do Padre Cruz, 1600-560 Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente durante as horas normais de expediente nos Serviços Administrativos ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado no n.º 1.

8.1 — O requerimento de admissão ao concurso deverá conter os seguintes elementos devidamente actualizados:

- a) Identificação completa (nome, número, data de emissão e de validade e serviço emissor do bilhete de identidade, nacionalidade, estado civil, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido de admissão ao concurso com a indicação do número, da série e da data do *Diário da República* em que foi publicado o aviso;
- c) Identificação da categoria que detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo.